

Corpos matáveis: assassinatos de pessoas transexuais e travestis no Brasil e as resistências possíveis

Débora Coward Fogliatto¹

Recebido em março 2021

Aceito em junho 2021

RESUMO

A violência contra pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo e assexuais) no Brasil vitimou uma pessoa trans a cada dois dias no país em 2020. Organizações da sociedade civil apontam que o Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo. A partir de um levantamento e análise de dados, esse artigo se propõe a pensar nas formas como o Estado se omite diante dessas violências, a partir de uma lógica que coloca certos corpos como “inimigos”. Desviantes da norma, os corpos de pessoas transexuais e travestis são facilmente convertidos em corpos “matáveis” e, ainda, corpos não passíveis de serem lamentados socialmente. Por fim, busca-se analisar as possibilidades de resistência encontradas na política representativa para as pessoas cujos corpos são tão facilmente considerados matáveis.

Palavras-chave: Transexuais. LGBTQIA+. Violência.

Killable bodies: murders of transgender people² in Brazil and the possibilities of resistance

ABSTRACT

Violence against LGBTQIA+ (lesbians, gays, bisexual, transgender, queer, intersex and asexual) people in Brazil victimized on person every two days in the country in 2020. Civil society organizations point out that Brazil is the country which most kills transgender people in the world. Starting from a data analysis, this article's proposal is to reflect upon the ways in which the State omits itself in face of such violence, based on a logic that sees certain bodies as “enemies”. Deviants from the norm, the bodies of trans people are easily converted into “killable” bodies and, moreover, into bodies that should not be socially mourned. Finally, the article also seeks to analyze the possibilities of resistance found in representative politics for people whose bodies are so easily considered killable.

Key words: Transgender. LGBTQIA+. Violence.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-RS. Jornalista formada pela mesma universidade. Bolsista Capes. Mestre em Sociologia pela UFRGS.

² A palavra “travesti” é muito própria do contexto brasileiro e da língua portuguesa. Em inglês, a tradução mais óbvia, “*tranvestite*”, não tem o mesmo significado, mas sim é usada para se referir a pessoas que são de um gênero e se fantasiam de outro para realizar performances, algo semelhante ao que conhecemos como *crossdresser* ou *drag queen*. Por isso, optou-se por deixar usar a palavra mais geral “*transgender*” na tradução para o inglês, entendendo que essa palavra abrange melhor a população à qual o artigo se refere. Observa-se também que, enquanto em português a palavra “transgênero” é pouco usada pela população trans para se autodeclarar, em inglês a palavra funciona e é muito utilizada como um termo que abrange bem essas identidades.

Introdução

“Ele era um demônio, eu arranquei o coração dele. É isso”³.

Foi com essas palavras que o assassino confesso da travesti Quelly da Silva justificou o crime de tê-la matado e em seguida a mutilado, retirado seu coração e colocado a imagem de uma santa no lugar do órgão. Quelly foi assassinada em Campinas (SP), no bar da própria família, onde trabalhava com a mãe e o companheiro. Nem mesmo ter uma família que apoia e acolhe pôde salvá-la do destino que a foi reservado por ser um corpo matável. Ela tinha 35 anos: a idade que representa a expectativa de vida de mulheres transexuais e travestis no Brasil. O depoimento do assassino didaticamente mostra que, para quem está fora da norma cissexual⁴ e heterossexual, basta existir para merecer ser morto.

Quelly foi uma das 163 pessoas transexuais assassinadas no Brasil no ano de 2018, segundo relatório anual elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) (Benevides; Nogueira, 2019). Os dados de diversas entidades colocam o Brasil como o país que mais mata transexuais no mundo⁵. No ano de 2019, houve uma diminuição no número de assassinatos registrados de pessoas trans em relação aos dois anos anteriores, com 124 casos levantados pela Antra (Benevides; Nogueira, 2020). Já em 2020, mesmo com a pandemia do coronavírus e o decorrente isolamento social, os assassinatos registrados voltaram a aumentar e atingiram a marca de 175, todos eles contra pessoas que expressavam o gênero feminino, ou seja, mulheres transexuais ou travestis⁶.

³ Quelly da Silva: O nome da travesti que foi assassinada e teve o coração arrancado. Geledés, 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quelly-da-silva-o-nome-da-travesti-que-foi-assassinada-e-teve-o-coracao-arrancado/>

⁴ Cissexual é uma palavra cunhada pelo movimento de pessoas transexuais para se referir a todos os que têm uma identidade de gênero que corresponde ao sexo assinalado ao nascer. Ou seja, todos os que não são transexuais são cissexuais.

⁵ Cunha, Thais. Rotina de exclusão e violência. Correio Braziliense. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>. Acessado em: 30.01.2021.

⁶ Atualmente, no movimento trans, considera-se que as terminologias ‘mulher trans’ e ‘travesti’ são utilizadas de forma a marcar identidades. O termo ‘travesti’, que por anos referia-se popularmente a mulheres trans que não tinham acesso a cirurgias de redesignação sexual ou mantinham algumas

Em 2023, foram registrados 155 casos, sendo 145 de assassinatos e 10 pessoas trans suicidadas⁷. A mais jovem trans assassinada tinha apenas 13 anos, e o número representa um aumento de mais de 10% nos casos de assassinatos de pessoas trans em relação a 2022 (Benevides, 2024). Diante deste cenário, esse artigo se propõe a pensar as mortes de pessoas trans a partir de uma lógica que coloca certos corpos como “matáveis” (Butler, 2011; 2019), traçando assim um paralelo com violências cometidas por entes estatais. Entende-se que, nos casos aqui citados, a violência não é perpetrada diretamente pelo Estado, mas que, diante do fato de que a maior parte dessas mortes ocorrerem num *continuum* de violência (Schepher-Hughes, 2011) que se repete de forma ininterrupta, sem que os governos tomem atitudes suficientes para impedi-las, pode-se pensar nas formas como as mortes desta população são socialmente aceitas e não evitadas.

A partir daí, questiona-se quais vidas são consideradas como passíveis de luto (Butler, 2011) e quais são consideradas “deslocados de humanidade” (Feltran; Sanjuro, 2015). Ao romperem com a norma da sociedade que determina o que é ser homem e o que é ser mulher, as pessoas transexuais tornam-se alvos facilmente abatíveis, cujas mortes são normalizadas e não lamentadas.

Dados sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil

O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), pelo menos em termos de dados conhecidos no mundo. Essas estatísticas são conhecidas principalmente graças ao trabalho de duas organizações da sociedade civil: o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Antra. Os governos e as polícias, em geral, não fazem este levantamento e não têm registros de crimes a partir de orientação

características consideradas masculinas, hoje em dia é usado como forma de marcar uma identidade subversiva em relação à norma. Marginalizadas por anos, as ‘travestis’ eram associadas à prostituição, enquanto ‘mulheres transexuais’ era o termo associado a aquelas de maior poder aquisitivo. Por isso a importância, para algumas integrantes do movimento, de se autoafirmarem como travestis neste momento histórico-social.

⁷ A Antra utiliza a expressão “suicidada” por entender que a violência transfóbica é diretamente responsável pelo suicídio de pessoas trans.

sexual e identidade de gênero, cabendo a entidades independentes fazerem a contagem de mortes.

Os executores foram diversos, segundo o relatório do GGB, que se refere às mortes violentas da população LGBTQIA+ em geral, desde ex-companheiros, namorados, cunhados, até pessoas desconhecidas ou vizinhos (Mott; Oliveira, 2020, p. 83). Conforme refletem os autores do relatório, essas mortes provocadas com instrumentos que têm como propósito “dilacerar a vítima”, causar sofrimento prolongado, não são assassinatos em que o único objetivo é a morte em si. “Crimes dessa natureza não podem ser classificados apenas como mais um episódio da violência em geral, mas refletem o ódio empregado pelo agressor contra a vítima” (Mott; Oliveira, 2020, p. 64). O caso de Quelly reflete bem essa realidade.

O Atlas da Violência de 2020 também traz dados importantes, embora referentes aos anos de 2017 e 2018, sobre as mortes violentas de pessoas LGBTQIA+. O documento registra a dificuldade de se encontrar informações sobre estes assassinatos, e os pesquisadores defendem que as questões de identidade de gênero e orientação sexual deveriam constar em todos os registros relativos à violência, segurança e saúde pública (Cerqueira; Bueno, 2020). Assim, seria mais fácil entender, estudar e elaborar políticas públicas referentes a essas mortes. Os dados apresentados revelam que há outras características em comum das vítimas, além da questão de gênero e sexualidade:

Em consonância com os resultados do Atlas da Violência 2019, é possível notar que as vítimas são majoritariamente negras (exceto as vítimas bissexuais, no ano de 2017), habitantes de zonas urbanas e solteiras. Mulheres permanecem significativamente mais vitimadas que homens. Convergem com os dados do ano anterior também os relativos ao sexo do autor, indicando que as agressões foram realizadas majoritariamente por homens (Cerqueira; Bueno, 2020, p. 66).

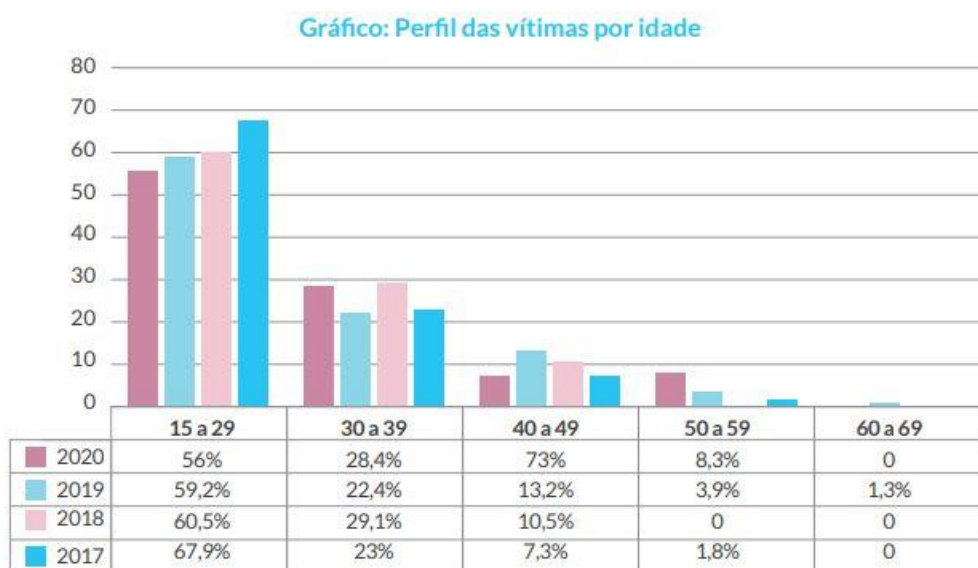
Essas informações nos indicam a necessidade de avaliar os números não apenas do ponto de vista da identidade LGBTQIA+ como algo isolado, e sim no conjunto de características que estão presentes nestes corpos assassinados. Ao se referir especificamente sobre pessoas trans, Oliveira (2020, p. 76) também chama atenção para a forma como “o racismo, somado à transfobia, potencializa a ação da

biopolítica, colocando sob suspeita, na sociedade atual, a humanidade das pessoas trans”.

“Saímos de casa e não sabemos se iremos voltar”: dados sobre assassinato de pessoas trans no Brasil

Martins (2018), a partir de estatísticas disponíveis até então, levantou que uma pessoa trans é assassinada a cada 48 horas no Brasil (média essa que se mantém com os dados atuais), das quais cerca de 80% são negra. “Esse número, porém, pode ser maior, uma vez que muitas vítimas não tiveram seu pertencimento racial declarado e outras tantas podem ter sido heteroclassificadas como brancas” (Martins, 2018, n.p.). A série histórica de relatórios da Antra traz ainda a informação da média de idade da maior parte das pessoas trans assassinadas. Em 2020, a média foi de 29,5 anos, e o relatório mais recente aponta que “as maiores chances de uma pessoa trans ser assassinada estão na faixa entre 15 e 29 anos” (Benevides; Nogueira, 2021, p. 39). Esse dado dialoga, ainda, com o observado pelo Atlas da Violência de 2020, que constatou o homicídio de jovens (15 a 29 anos) como um fenômeno que vem crescendo no Brasil desde a década de 1980.

Figura 1: Gráfico: Perfil das pessoas por idade



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

8

Em 2020, a mulher trans mais jovem assassinada foi uma adolescente de 15 anos. Já em janeiro de 2021 – que será incluído no dossiê da Antra a ser publicado no ano seguinte –, uma adolescente trans de 13 anos foi morta a pauladas no Ceará. É uma das mortes violentas de pessoas trans mais jovens registradas nos últimos anos. A menina Keron Ravach foi vítima de socos, chutes e pauladas, supostamente por cobrar uma dívida de R\$ 50 por “trabalho sexual” de um jovem de 17 anos⁹.

Inicialmente, reportagens a respeito da morte de Keron a identificavam como um jovem gay e a identificavam com seu nome de registro¹⁰. Em seguida, após a identificação dela enquanto menina trans por familiares e amigos, as notícias já a trataram pelo nome social. O assassinato brutal, no mês da Visibilidade Trans, chocou a cidade de Camocim, a 457 km de Fortaleza. Ativistas, familiares e amigos realizaram protesto contra a morte de pessoas LGBTQIA+. Além de trans, Keron era pobre,

⁸ Há um erro de digitação no gráfico elaborado por Benevides. Em 40 a 49 anos, a porcentagem para o ano de 2020 é 7,3%, e não 73%.

⁹ G1. **Jovem trans de 13 anos foi morta a pauladas no Ceará por cobrar dívida de R\$ 50 do suspeito**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/08/jovem-trans-de-13-anos-foi-morto-a-pauladas-no-ceara-por-cobrar-divida-de-r-50-do-suspeito.ghtml>>. Acessado em: 30.01.2021.

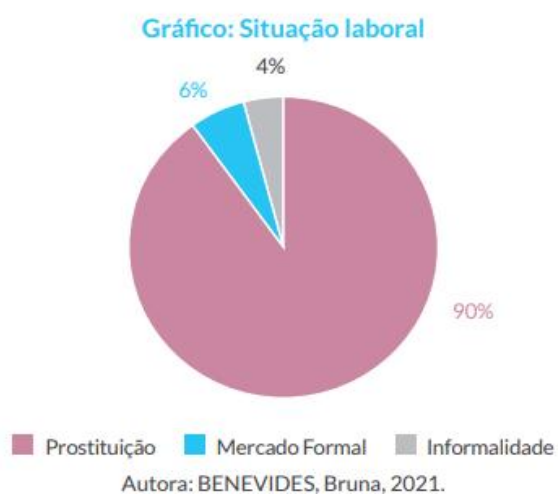
¹⁰ G1. **Adolescente homossexual é morto a pauladas, chutes e socos em Camocim, no interior do Ceará**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/04/adolescente-homossexual-e-morto-a-pauladas-chutes-e-socos-em-camocim-no-interior-do-ceara.ghtml>>. Acessado em: 30.01.2021.

periférica e de uma cidade do interior. Todos esses marcadores de identidade são considerados fatores que aumentam ainda mais o perigo de morte para essas mulheres e meninas.

A estimativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. Esta é uma média que vai diminuindo conforme os marcadores que constituem a pessoa se mostram presentes nas cicatrizes que ela carrega em seu corpo. Ser negra, mulher trans ou travesti, periférica ou favelada, do interior, faz esta média cair muito. Corpos trans não são apenas trans, são negros, gordos, de pessoas com deficiência, intersexo, pessoas vivendo com HIV+ e todas as outras identidades que carregamos. Esses marcadores nos expõem ao risco aumentado de violência, principalmente ao assassinato (Benevides; Nogueira, 2021, p. 47).

Benevides e Nogueira (2021), neste sentido, falam do “ciclo de exclusões e violências” que afeta as mulheres transexuais, começando muitas vezes na família, passando pela escola, seguindo no trabalho, e culminando em morte. Em 2020, 72% dos assassinatos foram cometidos contra travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, confirmando que elas são as mais expostas a diversas violências e marginalizações. O relatório da Antra aponta que 90% das mulheres trans e travestis trabalham como prostitutas no Brasil, explicitando a exclusão do mercado de trabalho formal e a falta de alternativas às quais são submetidas.

Figura 2: Gráfico: situação laboral



A rua, o único lugar onde 90% desta população consegue trabalhar, é também onde ocorre a maior parte de seus assassinatos. Com isso, confirma-se que as mulheres trans prostitutas estão em posição de marginalização acentuada. Segundo o relatório da Antra, 124 das mortes de 2020 ocorreram em locais públicos, enquanto 46 em locais privados (motéis, residência da vítima, residência dos suspeitos e outros) (Benevides; Nogueira, 2021, p. 57).

É essa realidade que contextualiza a fala colocada como título dessa subseção, dita pela Bruna Benevides, secretária de articulação política da Antra e uma das autoras do dossiê da entidade, em entrevista ao jornal *Brasil de Fato*, na ocasião do lançamento do dossiê de 2019. Ela menciona o fato das pessoas trans não apenas não terem a proteção do Estado, como também este muitas vezes ser inclusive conivente com as violências que elas enfrentam, descrevendo a ideologia do atual governo federal do país como uma “política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans, motivada pelo ódio, abjeção e nojo”¹¹.

A omissão do Estado e os corpos fora da norma

Os relatórios são unânimes ao afirmar a omissão do Estado brasileiro em impedir as mortes das pessoas trans. Ainda, o Estado não se preocupa em mapear esses dados e, em geral, não tem elaborado políticas públicas para mudar a realidade de exclusão sistemática desta população. Como observam Benevides e Nogueira (2020, p. 20), o Estado abre mão de “ter que pensar em ações de políticas públicas para enfrentar o problema causado pelo próprio Estado quando se abstém do comprometimento com estas vidas precarizadas e ainda lidas como abjetas e por isso, não assistidas”.

Entende-se que o Estado pode não ser o causador direto destes assassinatos, mas que, enquanto se omite e não elabora estratégias para evitá-las, mesmo com os repetidos dados que mostram o Brasil como o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ em geral e pessoas trans em específico, age como um potencializador dessas mortes.

¹¹ SUDRÉ, Lu. **Em 2019, 124 pessoas trans foram assassinadas no Brasil**. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/29/em-2019-124-pessoas-trans-foram-assassinadas-no-brasil>>. Acessado em: 29.01.2021.

Neste sentido, traça-se aqui um paralelo com o observado por Magalhães (2021) a respeito das mortes de moradores de favelas do Rio de Janeiro por parte da polícia. Mesmo que o papel do Estado seja diferente em ambos os casos, o da sociedade é bastante parecido, no momento em que retira humanidade e torna matáveis ambas estas populações.

Diante dessa configuração, mais do que se perguntar sobre o porquê de certas vidas serem matáveis, a questão fundamental é entender como se torna possível tomar uma vida como matável. Nesse sentido, formulam-se diferentes tecnologias para produzir a desrealização das vidas e das diferentes formas que esta possa assumir ao longo do tempo (Butler, 2006; Mbembe, 2016). Aqui, para certas populações tornadas matáveis, impera a lógica do terror e do horror, ou seja, um intenso processo de desfazimento de seus horizontes possíveis de mundo (Magalhães, 2021, p. 8).

A partir de Butler, Magalhães fala nas “vidas destrutíveis”: “isto é, de vidas que não são passíveis de serem vividas, já que nem mesmo são consideradas vidas”. Essa afirmação, embora novamente referente à população negra moradora de favelas no Rio de Janeiro, dialoga diretamente com o fato da expectativa de vida das pessoas trans ser de 35 anos. Pode-se questionar, a partir desse dado e do fato de uma pessoa trans ser assassinada a cada 48 horas, o quanto essas vidas são reconhecidas enquanto vidas, e o quanto são, ao contrário, já existentes apenas para serem mortas.

Magalhães (2021, p.13) menciona as violências diversas para além dos assassinatos, como “abordagens truculentas, arrombamentos, estupros e também ataques de natureza moral, como xingamentos, desqualificações e ofensas”, que produzem horrores diários, “minando as forças e energias daqueles que insistem em existir de alguma forma”. Da mesma forma, não é apenas quando são mortas que as pessoas trans enfrentam essa desumanização, mas sim diariamente, quando são expulsas de casa, excluídas da escola e do mercado de trabalho, além de ofendidas, xingadas, exploradas e não têm sua identidade de gênero respeitada. Benevides e Cunha (2021, p. 16) utilizam linguagem semelhante para falar das “vidas insistentemente escritas como abjetas, matáveis, fora da norma e que, portanto, merecem aquilo que enfrentam, reduzidas em sua capacidade de existir entre os

normais, tendo sua humanidade negada, descaracterizada”. A partir daí que, retiradas de sua humanidade, essas vidas deixam de ser passíveis de compaixão social.

Em *Vida Precária*, Butler (2019) formula estes conceitos a partir do contexto norte-americano referente à Guerra do Iraque, refletindo acerca do Outro e o que leva ao desejo de morte daquele que é visto como diferente:

Por que a precariedade do Outro produziria em mim uma tentação de matar? Ou por que ela produziria a tentação de matar ao mesmo tempo que produz um pedido de paz? Existe alguma coisa sobre a minha percepção da precariedade do Outro que me faz querer matar esse Outro? É a simples vulnerabilidade do Outro que se metamorfoseia em tentação assassina para mim? (Butler, 2019, p. 164).

Utilizando o conceito de rosto de Lévinas, a autora questiona justamente o que causa esse ímpeto de matar o Outro. Para isso, a noção de vida precária aparece, ao sugerir que é justamente a precariedade deste Outro que produz o desejo de matar. Neste sentido, aborda a questão da desumanização e as formas como aqueles que não são representados, especialmente autorrepresentados, correm maior risco de serem "tratados como menos do que humanos, de serem vistos como menos do que humanos, ou, na verdade, de não serem vistos de forma alguma" (Butler, 2019, p. 171). A questão levantada pela autora e que, por isso mesmo, serve como base para tantas outras reflexões acerca de populações historicamente marginalizadas, é a preocupação com "quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas?" (Butler, 2019, p. 26).

Assim como as populações das favelas, a população negra e outras que têm a sua humanidade negada, as pessoas trans têm a morte como única possibilidade em seu horizonte, como resultado natural desse processo que retira sua possibilidade real de vida. São, também, humilhadas, retiradas da vida ainda antes de serem assassinadas. Ainda a partir de Butler (2011), Feltran e Sanjuro (2015) abordam as formas como é produzido o luto, ou seja, a forma como, socialmente, decide-se quem deve viver e quem não apenas deve morrer, como também não deve ter sua morte lamentada. Os autores tratam de assassinatos diretos pelo Estado, mas mais uma vez é possível traçar um paralelo. A guerra às drogas, abordada por eles e por Magalhães, produz essa ideia

de diferença que torna certas populações matáveis. Aqui, argumenta-se que a transfobia estrutural faça o mesmo com os corpos trans.

Nesse sentido, em consonância com as reflexões de Butler sobre a questão da violência, do luto e do reconhecimento da vida, problematizamos as circunstâncias, mas sobretudo as perspectivas, em que certas vidas são lamentadas, choradas e dignas de luto em público, enquanto outras não o são. A estas últimas vidas a comunidade nacional oferece o silêncio, ora porque são entendidas como animando os corpos que devem tombar numa “guerra justa” (eram terroristas, delinquentes, subversivos, traficantes, do crime organizado); ora porque compreendidas como externas ao sentido de pertencimento a qualquer humanidade comum (eram monstros, veja o que fizeram, nem animais o fariam) (Feltran; Sanjuro, 2015, p. 40).

Em comparação, ao falar da desumanização das pessoas trans, Benevides e Cunha (2021, p. 16) abordam os “pecados” cometidos por essas mulheres, que remetem ao caso aqui citado na introdução. “Uma vida mundana, perversa, pervertida e doente (sic). O que lhe resta, sob a ótica religiosa, é o pagamento do pecado: a morte”. Butler (2019, p. 37) refere-se a uma “hierarquia do luto”, fazendo referência ao movimento LGBTQIA+ e provocando: “se uma pessoa está perdida, e essa pessoa não é um humano, então qual é e onde está a perda, e como ocorre o luto?”. É justamente essa desumanização que permite a naturalização da violência.

Oliveira e Araújo (2020, p. 296) analisam a violência contra a população LGBTQIA+ no estado do Mato Grosso do Sul a partir da lógica da necropolítica, constatando que as “violências contra LGBTQIA+ possuem um caráter sistêmico cuja matriz de inteligibilidade necropolítica permite que determinados sujeitos e coletivos sejam convertidos em corpos matáveis”. Os autores realizam um cruzamento de dados oriundos de várias fontes para analisar os casos, destacando a agressividade que acompanha os assassinatos de gays, lésbicas, travestis e transexuais. As agressões são feitas de forma a afetar diretamente a humanidade das vítimas, simbolizando que, numa sociedade patriarcal, sexista e racista, “existem determinados corpos que estão mais propensos a serem matáveis” em um regime necropolítico que transforma diferença em desigualdade e permite a exclusão e a morte daqueles que desviem da norma, seja ela de classe, raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, entre outras (Oliveira; Araújo, 2020, p. 303).

Em sua trajetória de pesquisadora, na qual se especializou em temáticas como violência, genocídio, sofrimentos sociais, fome e terrorismo, a antropóloga norte-americana Nancy Scheper-Hughes utiliza, a partir de conceitos de Michel Foucault, o termo “violência cotidiana” para tratar daquela violência geralmente direcionada aos grupos mais vulneráveis da sociedade. É a violência contra os sem-teto, os “marginais”, os imigrantes ilegais, entre outros “párias” sociais, que está “tão profundamente inscrita na nossa vida comum que ninguém se exime de cometê-la” (Scheper-Hughes, 2011, p. 225, tradução nossa). Neste sentido, argumenta que essa violência do cotidiano historicamente foi direcionada a pessoas que tiveram sua humanidade negada, como africanos escravizados, doentes mentais, pessoas em situação de rua e criminosos. Pode-se, mais uma vez, traçar um paralelo com a população em que se está focando aqui.

A própria existência destas populações, assim, é considerada uma anomalia, algo que não deveria existir, por grande parte da sociedade. Isso é reforçado em diversos discursos, sejam eles religiosos, midiáticos ou até mesmo oficiais. Esse raciocínio leva os autores, ainda a partir de Butler, a interrogar a respeito da “distribuição desigual da dor”, a qual não apenas determina quais vidas são passíveis de luto, mas também “produz e reitera certas concepções normativas do humano, delimitando as fronteiras de pertencimento à comunidade política e, por conseguinte, ‘do direito a ter direitos’” (Feltran; Sanjuro, 2015, p. 44). Neste mesmo sentido, Peixoto (2018, p. 23), utiliza o termo “corpos abjetos” para falar da violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil.

Os corpos abjetos são alvos desses incrementos da violência e só o são, porque rompem com a ordem, com o poder estabelecido, produzido e reproduzido pelo discurso e ação do homem heterossexual, cristão, saudável e elaborador dos princípios morais. O corpo é percebido nesta tese como o centro, o alvo preferencial daquilo que deve ser bem comportado, obediente e zelador da moral. Os corpos que não se enquadram nessas referências estão à mercê do julgo e da violência, e dependendo do nível da transgressão serão desapropriados do status de sujeito. Estarão na zona do inabitável, do não identitário, do passível de exclusão total da vida social e portanto, estes serão os corpos abjetos (Peixoto, 2018, p. 23)

Butler escreve a partir de um contexto de guerra, mas diante das situações aqui expostas não seria difícil argumentar que as pessoas trans vivem em um estado de guerra por suas próprias vidas. Assim, a autora levanta a questão de quem são aqueles que podem ser mostrados e ouvidos, remetendo ao que já falava Spivak (2010) em “Pode o subalterno falar?”. Na obra, escrita originalmente em 1985, Spivak classifica como subalterno o sujeito oriundo de países de Terceiro Mundo, o qual, na lógica colonial, “não tem história e não pode falar”. Assim, a autora conclui que as mulheres inseridas neste contexto, portanto, estão ainda “mais profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 57).

Argumenta-se aqui que as pessoas transexuais, diante de todos os argumentos já trazidos, encaixam-se nas definições das autoras que tratam de sujeitos subalternos e vistos como o Outro que deve ser combatido. Grada Kilomba (2016, p. 178) vai além de Spivak e argumenta que “alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nesta dialética, aqueles(as) que são ouvidos(as) são também aqueles(as) que ‘pertencem’. E aqueles(as) que não são ouvidos(as), tornam-se aqueles(as) que ‘não pertencem’”.

A política representativa como forma de resistência

Diante de tal cenário de exclusão sistemática, de guerra não declarada, de viver em um corpo que tem expectativa de vida de 35 anos, as pessoas transexuais elaboram estratégias para resistir às violências que insistem em excluí-las dos mais diversos aspectos da vida social. Com base no proposto por Magalhães (2021, p. 13), busco aqui abordar as “condições de possibilidade nas quais formas de (re) existir são inventadas e experimentadas em contextos de vida drasticamente abalados”. Ou seja, assim como o autor, questiono de que formas essas populações tão desumanizadas acionam estratégias para “impedir que a destruição acabe definitivamente com qualquer linha de vida”.

Butler (2019, p. 31-32) também menciona a importância da resistência, em especial para a comunidade LGBTQIA+:

É importante afirmar que nossos corpos são, em certo sentido, nossos, e que temos o direito de reivindicar direitos de autonomia sobre eles. Essa afirmação é tão verdadeira para as reivindicações de direitos de lésbicas e gays à liberdade sexual quanto para as reivindicações do direito de pessoas trans à autodeterminação, assim como para as reivindicações de pessoas intersexuais de estarem livres de intervenções médicas e psiquiátricas coercivas.

No caso das pessoas travestis e transexuais, as eleições mais recentes vêm mostrando que uma das formas de resistir diante da certeza da morte precoce é tornar-se cada vez mais visível. Tentar passar despercebida não é uma opção para uma população que por anos foi vista como inumana apenas por existir. Agora, mulheres trans não apenas estão dizendo que cansaram de ser mortas, mas também que cansaram de ser deixadas de lado por governos e por uma sociedade que não as enxerga. Diante da destruição iminente, elas escolheram o enfrentamento direto. Diante de um Estado que as exclui, elas decidiram se incluir.

Isso pode ser observado no aumento de 275% de pessoas trans eleitas em 2020 em relação às eleições municipais de 2016, segundo levantamento da Antra. Foram 294 candidaturas de pessoas transexuais pelo Brasil, das quais 263 foram travestis e mulheres trans, 19 homens trans e 12 pessoas com outras identidades trans¹². No total, 30 delas foram eleitas para Câmaras Municipais em todo o país. Dentre elas, uma foi a mulher mais votada do Brasil e elegeu-se para a Câmara de São Paulo, Érika Hilton. Mulher transexual negra, ela já havia sido eleita como co-deputada estadual em São Paulo pelo mandato coletivo da Bancada Ativista (PSOL) em 2018 e, em 2020, concorreu com candidatura própria. Érika tem feito um trabalho de enfrentamento direto à transfobia na política e na sociedade, mesmo sofrendo ameaças por parte da sociedade que insiste em dizer para as pessoas trans que aquele não é o seu lugar¹³.

Em 2024, foram 27 pessoas trans eleitas para as Câmaras de todo o país, número menor do que 2020, mas que mostra uma constância na mudança que essas candidaturas representam. Em Porto Alegre, as duas primeiras mulheres travestis

¹² ANTRA. **Mapeamento de Candidaturas de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e Demais Pessoas Trans** Em 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/lista-final-15nov2020-1.pdf>>. Acessado em: 31.01.2021.

¹³ G1. **Vereadora Erika Hilton registra boletim de ocorrência por ameaça após ser perseguida dentro da Câmara de SP.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/28/vereadora-erika-hilton-registra-boletim-de-ocorrencia-por-ameaca-apos-ser-perseguida-dentro-da-camara-de-sp.ghtml>>. Acessado em: 31.01.2021.

foram eleitas no mesmo ano para a Câmara Municipal, inaugurando uma bancada trans no legislativo da cidade.

Naturalmente, não se pretende aqui ignorar os anos de movimentos sociais LGBTQIA+ em geral e transexuais e travestis em específico que permitiram que essas candidaturas fossem fortalecidas, lançadas e eleitas. Ao longo dos anos, diante do absurdo da possibilidade iminente de morte, ao mesmo tempo a população LGBTQIA+ brasileira resistiu de diversas formas, a mais pública dentre elas sendo as Paradas Livres, das quais a de São Paulo é considerada a maior do mundo. Entende-se também que o simples ato de seguir-se sendo quem é, diante de uma realidade que constantemente coloca essa própria existência como errada, já é um ato de resistência.

Conclusão

No país que mais mata travestis e transexuais no mundo, pode-se traçar um paralelo entre mortes causadas pelo Estado e os assassinatos a cada 48 horas dessa população. Não há, até hoje no Brasil, nenhum tipo de proteção ou mecanismo específico para evitar o que podemos classificar – como ativistas LGBTQIA+ já têm feito – como o genocídio dessa população. Magalhães (2015, p.11) fala dos corpos que estão expostos “continuamente à destruição e à morte, cuja eliminação não pode e não vai ser lamentada justamente por não serem consideradas vidas, um modo de existir legítimo, reconhecido enquanto tal”. Argumentou-se aqui que os corpos trans são, da mesma forma como outros ao longo dos anos vistos como inimigos, errados ou excluídos, “vidas destrutíveis” (idem, ibidem), ou “matáveis”, aquelas que não são passíveis de luto e nem ao menos de serem vivida

Ao longo dos anos, diante deste cenário de destruição, as pessoas trans vêm cada vez mais buscando expor suas existências, como forma de reivindicar uma possibilidade de vida. Mais recentemente, isso pode ser demonstrado pelo aumento de representatividade trans na política representativa. Isso é verdade especialmente para as mulheres trans e travestis, que são as que representam o maior número de assassinatos de pessoas trans e, ao mesmo tempo, as que mais foram eleitas para Casas legislativas.

Enquanto o país em que vivem comunica repetidamente que elas não deveriam existir, as mulheres trans e travestis insistem em resistir, continuando vivas, fazendo suas vozes serem ouvidas, levantando elas mesmas os dados sobre as violências que sofrem, ocupando cargos públicos. São diversas as formas reivindicar uma existência. As palavras que intitulam um conto da escritora negra Conceição Evaristo (2016), referindo-se ao genocídio da população negra, ecoam também em cada ato de resistência diário das pessoas trans: diante da iminência da destruição, “a gente combinamos de não morrer”.

Referências bibliográficas

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2018**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2024.

BENEVIDES, Bruna G.; CUNHA, Neon. Gisberta, 15 Anos Depois. In: **DOSSIÊ assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2024.

BUTLER, Judith. Vida Precária. **Contemporânea**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 13-33, jun. 2011. Semestral. Disponível em:

<<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/view/4>>. Acesso em: 26 dez. 2024.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. I. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (org). **Atlas da Violência 2020**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf>.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MAGALHÃES, Alexandre. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 36, n. 106, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v36n106/1806-9053-rbcsoc-36-106-e3610600.pdf>>.

MARTINS, Helena. 2018. **Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>>.

MOTT, Luiz; OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de (org). **Mortes Violentas de LGBTQIA++ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, Esmael Alves De; ARAUJO, Joalisson Oliveira. Marcas necropolíticas sobre corpos dissidentes em Mato Grosso do Sul / MS. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 7, n. 14, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9269>>.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Xica Manicongo, racismo, transfobia e o direito de matar. In: **DOSSIÊ assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. **Violência Contra LGBTQIA+ no Brasil: a construção sócio-histórica do corpo abjeto com base em quatro homicídios**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia. Brasília, 2018. Disponível em: <[Rev. Sociologias Plurais, v. 11, n. 2, p. 51-68, mar. 2026](https://repositorio.unb.br/handle/10482/33951#:~:text=PEIXOTO%2C%20Valden%C3%ADzia%20Bento.,com%20base%20em%20quatro%20homic%C3%ADdios.&text=O%20Brasil%20%C3%A9%20representativo%20oneste,direitos%20%C3%A0%20vida%20de%20LGBTQIA+>>.</p>
</div>
<div data-bbox=)

SANJURJO, Liliana; FELTRAN, Gabriel. Sobre lutos e lutas: violência de Estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. **Ciência e Cultura**, v. 67, p. 40-46, 2015.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. Violence foretold: reflections on 9/11. In: BOURGOIS, Phillip; SCHEPER-HUGHES, Nancy (ORGs). **Violence in war and peace: an Anthology**. Malden: Blackwell Publishing, 2011, p. 226-226.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.